

## **Podemos além Podemos, um poder constituinte na Europa**

**Raúl Sánchez Cedillo e Toni Negri**

*Nota dos editores: O pesquisador e tradutor espanhol Raúl Sánchez Cedillo e o filósofo italiano Antonio Negri publicaram, entre fevereiro e abril de 2015, uma série de quatro artigos sobre as coordenadas em que se inscreve a experiência do Podemos na Espanha e da Syriza, na Grécia, cada artigo abordando o problema de um ângulo diferente. A seguir, estão os quatro artigos traduzidos dos originais espanhóis ao português, pela Universidade Nômade.*

### **O eixo Syriza-Podemos por uma nova Europa democrática. (12/2/2015)**

“Um espectro ronda a Europa”. Esse era o título da manchete de dias atrás do jornal italiano Il manifesto, comentando as visitas aos governos europeus de Alex Tsipras e Yanis Varoufakis, primeiro-ministro e ministro da economia da Grécia, ambos da Syriza. Os dois estão na contramão do ônibus europeu, na iminência de um choque, como descrito no jornal Der Spiegel, causando um verdadeiro pesadelo aos ordoliberais alemães. Imaginem o que poderia suceder com a vitória do Podemos na Espanha neste ano: que magnífico espectro à espreita, um monstro real gerado pelas forças produtivas e exploradas da quarta economia europeia! Nas próximas semanas, vários turnos eleitorais estarão acontecendo na Espanha, enquanto o mantra dos atuais governos europeus continua o mesmo, agora com força redobrada, numa clara tentativa de amedrontar os cidadãos espanhóis. Vamos nos preparar. Com a certeza de que a arrogância e o mau olhado dessa propaganda serão derrotados.

O que o Podemos poderia dizer sobre a Europa? Consciente da aceleração do tempo político que a vitória da Syriza na Grécia impôs, o discurso do Podemos sobre a Europa é, de um lado, formado pela sincera solidariedade e alto apreço pela vitória da Syriza, de outro lado, por uma avaliação prudente — a linha adotada por Tsipras poderia fracassar, no curto intervalo entre as eleições na Grécia e na Espanha. Mas prudência não é a mesma coisa do que ambiguidade. De fato, é óbvio como nada poderia ser mais perigoso do que uma posição ambígua, a respeito não apenas das políticas adotadas pela Troika na Europa. Qualquer ambiguidade, aqui, deve ser eliminada, e assim tem sido na prática, se avaliarmos baseando-se nos últimos meses. Duas Europas existem e é necessário posicionar-se numa ou noutra. A população

sensata tem consciência que vencer na Europa somente é possível com uma frente, já aberta pela Syriza, e que agora precisa expandir-se pela Europa. A política da dívida, o tema da soberania e a questão da aliança atlântica (com os EUA) somente podem ser tratados a partir de uma esfera europeia total.

Já se esperava que haveria grande atenção nas propostas táticas e na política da equipe econômica e financeira da Syriza. Independente da avaliação sobre a qualidade das propostas, elas sinalizam um plano de cooperação transnacional e o abandono da demagogia antieuropeia típica das “velhas” esquerdas, uma demagogia que, em qualquer caso, nunca foi forte no Podemos. Claro que a aposta da Syriza está formulada em termos de defesa da soberania nacional (“contra a Troika”, “contra Angela Merkel” etc), mas na prática isto implica uma aceitação razoavelmente evidente da necessidade de uma intervenção política dentro e contra a União Europeia (UE) da maneira como é dirigida hoje. Nesse sentido, a opção primária agora está na coalizão dos PIIGS (sigla para Portugal, Itália, Irlanda, Grécia, Espanha) e forças da nova esquerda, a fim de sobrepujar o status quo da UE. Ao mesmo tempo, esta parece ser a única opção possível para o Podemos ganhar a eleição.

Vamos tentar avaliar as coisas com maior profundidade. Até agora, o confronto na Europa tomou a forma entre uma Europa neoliberal, neobismarckiana e fundamentalmente conservadora, e uma Europa democrática, constituinte e fundamentalmente afinada com as necessidades dos trabalhadores, camadas médias empobrecidas e precarizadas, juventude desempregada, mulheres, imigrantes e refugiados — os excluídos, velhos ou novos. A “alternativa”, por assim dizer, porque afinal de contas partiu da crise de 2008, a alternativa bismarckiana se impôs à força, deixando à outra Europa apenas um espaço marginal, de protesto e, por vezes, até mesmo gritos de desespero. Entretanto, quando a situação pareceu ficar estritamente fechada em relação às demandas de justiça e às revoltas contra a miséria, a alternativa real se apresentou, a começar da Grécia. Agora, a tarefa é afirmá-la, organizá-la precisamente nas áreas onde a iniciativa reacionária se impôs — onde se tenta afogar Hércules para além de qualquer salvação popular.

A primeira questão, a primeira dificuldade, é enfrentar a dívida. A Europa da Troika quer forçar as multidões europeias a pagar a dívida, e a habilidade em pagar essa dívida se torna o metro da democracia e do grau de europeísmo. Mas todos esses que se movem no fronte democrático pensam, ao contrário, que esse metro é insultante, porque as dívidas cobradas das pessoas hoje foram contraídas por aqueles que governaram ao

longo dos anos. As dívidas engordaram as classes dominantes, não apenas mediante a corrupção, sonegação ou favores fiscais, gastos militares insanos e políticas industriais que não favorecem o trabalho, mas além disso ao submetê-la à lógica do rentismo financeiro e impor precarização e incerteza sufocante sobre as formas de vida. Cada homem, cada mulher, cada trabalhador teve de declarar-se culpado da dívida, da imputação de que eles foram responsáveis.

O momento chegou para dizer em alto e bom tom que não foram os cidadãos, mas os senhores do poder, os homens do projeto neoliberal, os políticos do “centro”, das “grandes coalizões” — mais extremas e exclusivas a cada vez — foram eles que geraram a dívida a partir do que vêm se apropriando para si e ante o que agora eles exigem um reembolso indevido. Contra essa condição servil para as pessoas (não apenas do sul da Europa, mas também do centro e de todo leste europeu), a nova esquerda, através da Syriza, está exigindo um resgate — uma conferência europeia ao redor da dívida, isto é, uma sede constituinte por um novo sistema de solidariedade, pelo estabelecimento de um novo critério de medida e cooperação fiscal e para as políticas do trabalho. Podemos pode trazer um apoio imenso a este projeto.

Todos sabemos que atrás desses tópicos reside um projeto de transformação profunda das relações sociais. Uma vez mais, da Europa e na Europa, há um projeto de liberdade, igualdade, solidariedade — um projeto que possamos chamar antifascista, porque ele repete a paixão e a força das lutas da resistência. A aliança entre Podemos e Syriza, e o impulso de fusão nesta aliança, endereça a todas as novas esquerdas europeias, a possibilidade de construir um modelo — um modelo para uma UE democrática e baseada na solidariedade, para além do mercado e contra ele.

Partindo desta refundação, a única política fiscal que pode ser feita está em reduzir ou abolir a dívida, que tem sido consolidada sucessivamente até os dias de hoje e então estabelecer e padronizar, para o futuro, critérios fiscais progressivos em toda a Eurozona. Os temas centrais do estado de bem estar social — educação, assistência médica, sistemas de pensão e políticas de moradia, mas também do trabalho doméstico e no campo do cuidado [care] — podem ser desenvolvidos uniformemente no nível europeu, acompanhando a grande inovação da renda básica de cidadania decente, generalizada e uniforme. Tudo isso deflagra uma batalha constituinte nesses espaços em que novos direitos de solidariedade podem ser reconhecidos, onde o comum se torna um elemento central da organização socioeconômica.

Porém, para vencer nesses temas, é preciso indicar o terreno da luta: este somente pode ser o espaço europeu em sua totalidade. O que nos traz ao tópico central, ao redor do que muitos desentendimentos têm se acumulado: a cessão da soberania. Já aconteceram transferências de soberania, e essas têm sempre sido feitas em favor dos poderes neobismarckianos do capitalismo financeiro. Demagogicamente, ao atacar as cessões de soberania, direitos nacionalistas têm nascido e se desenvolvido perigosamente na Europa. E apesar disso, é estranho como essas posições podem de vez em quando ser assumidas (ou então encaradas com postura favorável) entre membros da Syriza, Podemos e outras forças da “nova Europa” que está se formando.

Nós devemos ser claros neste ponto: cada um dos países que entrou na União, e ainda mais os que entraram na zona do euro, não têm mais soberania plena. E isso é bom, porque foi por trás da soberania nacional que cada uma e todas as tragédias da modernidade se desdobraram. Se queremos continuar falando de soberania num sentido moderno (e clássico), quer dizer, de um poder “em última instância”, nós devemos ser claros que a soberania está cada vez mais identificada com Frankfurt, com a torre do Banco Central Europeu.

A nossa situação está caracterizada por uma duplicidade perigosa. Precisamos reconhecer isto: nós precisamos de Frankfurt, de uma moeda europeia, se não quisermos cair como presas dos poderes das finanças globais, da política dos Estados Unidos ou outros gigantes continentais que estão se posicionando contra a Europa; mas nós devemos também recuperar Frankfurt para a democracia, para impor-lhe a razão dos povos — e Frankfurt deveria ser assaltada pela Europa: primeiro pelos movimentos e, então, gradualmente, pela maioria das democracias europeias e por um Parlamento Europeu transformado em assembleia constituinte. Com a globalização, a centralidade da governança monetária de zonas continentais foi imposta em todo lugar — e a Europa é uma dessas zonas continentais. É impossível imaginar uma batalha política mais essencial do que aquela levando ao controle democrático da moeda europeia. Esta é a tomada da bastilha hoje.

Além disso, está claro que meramente levantar o assunto do controle sobre o vértice político e monetário da Europa, e insistir na dissolução das velhas soberanias monocráticas, poderiam abrir, de um modo produtivo, o tópico do federalismo, que é outro passo essencial para a construção de uma nova Europa. Federalismo: não apenas alguém quer que as nações europeias recomponham-se num diálogo constituinte, mas também, e acima de tudo, uma articulação entre todas as nações, todas as populações e

linguagens que querem se sentir culturalmente e politicamente autônomas, com um quadro unitário, isto é, federal. Não são apenas os PIIGS que querem isto; também há a Escócia, Catalunha e o País Basco e todas as demais regiões que exigem autonomia e habilidade efetiva de decidir sobre as suas constituições social e política. O federalismo será a chave para a construção da Europa. O tema da soberania pode apenas ser levantado e usado em termos de pluralidade, subscrevendo às dinâmicas que articulam um franco federalismo para os próximos anos.

Aqui nós vemos novamente que somente a esquerda — a nova esquerda que parte da radicalidade democrática dos movimentos emergentes de luta e se organiza ao longo de linhas emancipatórias (Syriza e Podemos) — pode impor à União Europeia não um instrumento de dominação, mas uma meta democrática. Radicalidade da Europa-de-esquerda-democrática, este dispositivo está se tornando cada vez mais importante para definir a defesa dos interesses da classe trabalhadora e para a emancipação da população em relação à pobreza. Existe uma longa e suja tradição de soberanistas de esquerda que deve ser encerrada, assim como nós devemos derrotar as experiências populistas que usam sentimentos nacionais e transformam-nos em impulsos fascistas (nacionalistas, identitários, isolacionistas). Somente uma esquerda europeísta, profundamente transformada pela radicalidade democrática dos movimentos emergentes contra a austeridade, pode construir uma Europa democrática.

Aqui, outro problema emerge, que nós podemos chamar de “questão atlântica” — é um problema geralmente contornado ou eliminado do debate, como se fosse óbvio que o processo da unificação europeia devesse necessariamente desenvolver-se sob a proteção vigilante dos Estados Unidos. A Europa foi promovida dentro da Resistência antifascista de maneira a superar a era das guerras que, até a metade do século, tinha destruído, empobrecido e humilhado as suas populações.

Contra essa condição, os primeiros elementos do discurso europeu foram construídos durante a era do pós-guerra na Europa e a transición na Espanha, com a consciência de que a paz significava a possibilidade de democracia, enquanto que a guerra sempre significou fascismo e militarismo. Depois da queda do muro de Berlim, a unidade europeia também perdeu as suas características como último fronte contra o mundo soviético e o expansionismo russo. Dessa maneira, a meta da União Europeia se recentrou e reorganizou ao redor do quadro da civilização, nossas estruturas jurídicas e autonomia no ambiente global.

Mas agora a Europa está cercada de guerras. Todo o Mediterrâneo está cruzado por uma única linha de guerra, por fascismos e ditaduras, que se alastram por toda a Europa em movimentos imigratórios, tensões críticas causadas pela política energética e trocas comerciais. É uma linha que se estende por todo o caminho até o Oriente Médio, fazendo da Europa um ator perigosamente exposto a movimentos armados com importância e liderança globais.

Além disso, na fronteira oriental da Europa, uma guerra sem sentido está se desenvolvendo entre populações falantes do russo, com responsabilidades que deveriam ser colocadas num âmbito global de controle, pois a guerra contradiz os interesses das populações europeias como um todo. Desta perspectiva, a soberania da Europa — não mais a soberania imaginada de cada país, mas a soberania real da União que está sendo construída — é projetada na OTAN e usurpada por ela. Isto é uma cessão verdadeira de soberania nascida das populações europeias!

Quando Tsipras coloca, de maneira simbólica, a necessidade de lidar com o problema, o premiê grego toca numa costura fundamental das estruturas europeias. Ao fazer isso, ele introduz um problema a que nós deveríamos responder sem nos iludirmos de que pudesse ser resolvido imediatamente, mas também sem negar a existência de seu impacto central. Referimo-nos ao relacionamento da UE com a paz ou a guerra, com a paz não apenas na Europa, mas também ao longo de suas fronteiras. Além disso, está imediatamente claro que a questão atlântica não é um problema que concerne apenas paz e guerra: é um assunto de paz e guerra traçado pelo sistema de controle e/ou comando sobre as estruturas produtivas e financeiras da própria Europa.

De maneira a não ser hipócrita, a fim de falar claramente em imprimir um ímpeto maior aos processos de construção de uma força política para a esquerda europeia, nós vamos novamente colocar algumas questões na mesa que não podem ser deixadas de lado.

O que o Podemos diz ou faz sobre a imigração, sobre os refugiados? Mas também — repetindo-nos e tornando a nossa questão mais precisa — que diz sobre a OTAN, sobre os conflitos regionais em curso na UE? Se tais tópicos forem considerados “chabus” no reino eleitoral, é necessário evitá-los e/ou respondê-los com exercícios retóricos, para sair do caminho? Não, não mesmo: é muito difícil adotar o slogan “primeiro nós tomamos o poder, depois discutimos o programa”, neste domínio. O tópico da paz e guerra não pode ser considerado secundário. Posicionar-se sobre eles significa clarificar sem ambiguidade a respeito da orientação fundamental do grupo

liderando Podemos, não apenas a respeito de questões de paz e guerra, mas também em assuntos que se referem à reforma e um projeto constituinte que afete toda a Europa.

A coragem e seriedade com o que Tsipras desenvolveu todo o contexto de tópicos, que são agora importantes para a construção de uma Europa fora da Troica, são os mesmos que podem permitir-nos de continuar traçando um dispositivo “além da OTAN”. Os movimentos e governos de uma nova esquerda sabem que têm de tomar esses assuntos como centrais. Sem ambiguidades, consciente de que a mesma conjuntura global pode agora contribuir para a sua solução. De fato, o que cidadãos do mundo estão exigindo, neste ponto, é uma Europa democrática no conjunto de uma nova realidade global, porque a Europa é vista como uma realidade que pode renovar a tradição democrática em longo prazo, seguindo a trilha aberta por Syriza e Podemos, como esperança por reforma e em mover-se para além do capitalismo.

Os movimentos europeus querem ser incluídos na iniciativa política continental que o eixo Podemos-Syriza podem criar/estão criando no espaço europeu. Essa iniciativa constitui particularmente um ponto de atração para as novas esquerdas e a nova radicalidade democrática em formação no sul da UE. O ritmo tanto quanto o grau de articulação deste processo vai depender do curso presente do governo da Syriza e do sucesso eleitoral do Podemos. Nós todos podemos organizar uma ruptura constituinte no espaço europeu.

### **A democracia hoje é selvagem. O exemplo espanhol. (23/2/2015)**

Dizem os companheiros que deram vida ao Podemos: temos conseguido sair positivamente dos limites da horizontalidade do movimento, tão rica quanto infrutífera. Temos conseguido isso com um gesto político de autoconstituição, de organização e representação. Temos havido a inteligência para compreender que o espaço entre as eleições municipais e as gerais, entre maio e o final do ano, é o único que poderia permitir “romper o cadeado de 78”: no período eleitoral, o adversário se vê obrigado a dispersar-se em seu território; as garantias constitucionais funcionam melhor do que noutras condições e, conseqüentemente, se tornam zonas possíveis de ruptura do regime atual, profundamente desacreditado e dividido. Além disso, no final de 2015, a frente capitalista talvez esteja em condições de empenhar-se mais na preparação de seu ataque, reorganizando-se depois de ter reagido, e eventualmente demolido, ferozmente, a nossa

resistência. Destarte, depois do final deste ano, a janela histórica de oportunidade voltaria a fechar-se por muito, demasiado tempo.

Tudo isso admitimos. Os companheiros de Podemos são os únicos que, na Europa, se atreveram a sério a dar esse passo e construir um eixo vertical, a partir de um movimento com uma potência e uma novidade inauditas, organizando dessa maneira, sem demagogia nem subterfúgios, um caminho de saída para o “democratismo de base” — finalmente impotente ante o que os tempos exigem, para além da contemplação de sua própria horizontalidade. Somente o barão de Münchhausen se jactava de ter conseguido sair sozinho do atoleiro, puxando-se pela gola do casaco até levitar...o Podemos conseguiu.

Apesar disso, para seguir ganhando, não apenas é necessário pensar no adversário, em como derrotá-lo, desarticulando-o e levando-o a perder todo o peso político e constitucional; é preciso estar certo de que o que se está fazendo nessa direção, seja feito na mesma escala majoritária e radicalmente democrática de onde ela nasceu. Nesse processo, não pode haver estreitezas, nem espaciais nem temporais. Apenas para dar um exemplo: o Partido Comunista Italiano, a que tão frequentemente os teóricos de Podemos fazem referência, perdeu toda a sua força junto com a cabeleira, capturado que foi pelo inimigo: no caso do PCI, a estreiteza se chamava “autonomia do político”.

A estreiteza não tarda em converter-se num nó corrediço que vai capturando os dedos de quem colocar a mão — ou o pescoço. Sobre isso, a crítica à moda politóloga do partido político, elaborada há pelo menos mais de um século, é meridianamente clara: não somente sobre os limites da burocratização da estrutura-partido (sobre o que insistiam aqueles teóricos, denunciando, como homens de direita que eram, a nascente força dos partidos operários), como também, e sobretudo, acerca das características do poder de mando, da direção, da liderança, do “carismático” que a autonomia do político determina. Era uma análise correta de tendência, assim como de uma ameaça (uma a mais entre mil outras, mas particularmente atinada), que se somava à luta daqueles politólogos contra os partidos do operariado.

Até aqui, ficamos nos limites do que tínhamos chamado estreitezas “espaciais”. Quanto às “temporais”, se vinculam à questão da “autonomia do político”. É bom deixar claro desde já que nós não nos contamos entre aqueles que negam a possibilidade de aproveitar, da melhor maneira, os tempos da crise, sejam eles eleitorais ou sociais; nem entre aqueles que negam a necessidade de golpear num elo fraco da cadeia de poder de



mando, sobretudo se é possível fazer isso no momento em que as forças de protesto social dos cidadãos estão mais fortes. Mas cuidado: um governo é difícil de exercer. Não é algo que alguém possa fazer sozinho. Com maior razão ainda se pensarmos nos regimes atuais de governança, em que a continuidade da ação não apenas deve manter-se durante um longo ciclo temporal, como também está constituída por uma série de atos pontuais. É preciso antecipar a capacidade de o adversário (direita nacional-popular e/ou o “PPSOE”, projetos nacionalistas de capital catalão, Troika europeia e global etc) sobrestar o contra-ataque indefinidamente. Ante esse adversário, na dimensão temporal, “estar dentro” dos movimentos é essencial para a ação contínua de um governo conquistado por Podemos.

Os companheiros bolivianos entenderam isso perfeitamente quando conseguiram que convivessem durante uma longa temporada governo e assembleia constituinte. Foi uma balbúrdia — mas esbanjou força e vitalidade.

O problema do exercício do governo “no tempo” não está apenas em sua eficácia, senão sobretudo na irreversibilidade de suas conquistas. Quem se coqueteia com a “autonomia do político” termina pensando que o desenvolvimento da democracia de base é secundário. Em certas ocasiões, pode chegar a imaginar formas de poder de mando energizadas de uma eficácia exclusivamente carismática: tragicamente, é o que sucede de vez em quando. Mas não é o nosso caso, estamos trabalhando para sair em definitivo dos dilemas weberianos do poder de mando burguês, que até agora tão somente legitimaram soluções autoritárias aos conflitos sociais que as lutas levaram à altura do político.

Sem embargo, voltemos ao problema central que abordamos aqui: da horizontalidade à verticalidade; da agitação e resistência de movimento ao governo. Podemos pede a toda/os a/os companheira/os que raciocinem partindo deste nível. Um nível de governo central? Talvez. Isso se apresenta mais próximo e possível. Por acaso, não seria certo que: somente se encaminhar a ação de todos os cidadãos para uma renovação poderosa do governo das cidades, somente nesse caso, se pode dar o exemplo próximo, palpável, de um projeto constituinte eficaz? Pensamos que sim. Porque a cidade e o município, a vida cidadã e suas formas de encontro podem plasmar figuras sólidas de administração e iniciativa constituinte. As acampadas na metrópole, as cidades e inclusive os pequenos povoados têm sido um lugar de encontro constituinte. Eles têm demonstrado que os modos de vida metropolitanos são modos políticos e produtivos em termos gerais. Fazendo com que interajam democracia e (re)produção da

cidade teremos a possibilidade de articular o político, quer dizer, unir a vontade de ganhar e a capacidade de decisão num tecido amplo, plural e ativo de presenças militantes e produção de programas de transformação. O político se joga no interior disto tudo. Aí se faz carne e osso o problema foucaultiano de “como queremos ser governados?”

E acima de tudo, a partir daí, das administrações metropolitanas e municipais, se dá a possibilidade de construir o governo no plano estatal, tijolo sobre tijolo. Num regime biopolítico (a saber, em que o poder de mando, vida, produção, afetos e comunicação se entrelaçam e se confundem como num labirinto), os saltos são difíceis quando não impossíveis — na velha política também se davam assim as coisas, e quando havia saltos, às vezes heroicos, quase sempre era necessário retroceder, cobrindo de instituições artificiosas um terreno atravessado com pressa demais.

Verticalizar a horizontalidade não apenas significa conquistar as capacidades de decisão geral, governo, gestão segundo uma “guerra de movimento”, senão também e sobremaneira ter-se elevado a uma visão mais ampla desde cima: e aqui é quando se compreende que a guerra de movimento não compensa se as posições conquistadas, as frentes defendidas não possam se manter, consolidando-se e desenvolvendo-se gradualmente.

O governo deve garantir o poder das organizações cidadãs — assim se dizia não faz tanto tempo na América Latina, quando o movimento progressista era ganhador — porque somente em tal caso, o governo central se coloca a salvo de capotagens repentinas e/ou organizadas. Por quem? Podemos responder: já não somente pelo adversário que conhecemos, por essas forças reacionárias que enfrentamos, senão por uma hierarquia muito mais forte, que através de Europa se desdobra até as cúspides do governo do capital financeiro.

Não cabe minimizar o reconhecimento de que não temos medo e que é possível ganharmos dessas forças. Mas é preciso tomar cuidado de não tentar o diabo que ainda pode surgir da profundidade do enfrentamento. A nossa força segue sendo as acampadas, os municípios, as mareas, os movimentos — dito de outra maneira, o que o 15-M tornou possível e praticável. Às vezes nos dá a impressão que, para os promotores do Podemos, o “poder” é uma dimensão à parte. Não está certo: o poder é um incremento da capacidade de atuar, é uma perspectiva de ação sobre e nas relações políticas, enquanto “Poder” e “Político”, com maiúsculas, não existem. Não há senão graus diferentes e múltiplos de contrapoder. Mas quase todos os dirigentes do Podemos reiteram, dentro e

fora da organização, o mesmo lema: “primeiro tomas o poder, e depois aplicas o teu programa”.

A “autonomia do político” pode tornar-se uma teoria perniciosa se, sobrevalorizando a instituição e a eficácia do poder estatal, negar a gênese e a legitimidade materiais do fundamento do político. A representação que separa os representantes dos representados, a “vontade geral” (chame-a “povo” ou “unidade popular”), que cria um fundamento místico e inapelável dos representantes, nada disso é o que interessa aos movimentos. Não. O importante passa por (re)criar um fluxo de movimento político, um sistema aberto de governança desde baixo que mantenha unidos — mediante o debate constituinte constante e uma contínua extensão desse debate aos cidadãos — movimento e governo. É possível construir essa ponte, esse conjunto — se todos se rendem à necessidade que se chama “ser maioria”. Este é o empoderamento decisivo.

### **Podemos precisa ir do keynesianismo ao commonfare. (16/3/2015)**

Na mídia internacional que se ocupa da questão da Syriza, frequentemente aparece certo incômodo: os gregos teriam se apresentado nas negociações de Bruxelas com atitudes informais, pouco adequadas à etiqueta diplomática. Que sensação mais estranha esse juízo provoca, se compararmos a franqueza do comportamento de Yánis Varoufakis, o ministro da economia grego, com a segura de Wolfgang Schäuble, seu colega alemão! Parece uma cena do *Avarento* de Molière: um gastador presumido de fortunas ao lado de um burguês que defende com os cinco sentidos o dinheiro acumulado! À margem da cena, lemos a peça de outra perspectiva: temos assim Varoufakis, livre representante de uma multidão de trabalhadores que exige, para eles, a possibilidade de produzir valor e criar riqueza — diante de Varoufakis, Schäuble aparece como guardião viciado das finanças dos ricos; Varoufakis como a imagem do trabalho, Schäuble como o agente da extração do valor desse esforço e imaginação.

Durante um longo período na Europa, a variável salarial foi a ponta de lança do desenvolvimento capitalista. Os estados pagavam o estímulo ao desenvolvimento: daí, nasceu o chamado Welfare State e, pela primeira vez na história, se propiciou certo bem estar às classes trabalhadoras. Elas tinham entrado na maioridade de idade, se apresentaram à cena política e traduziram a questão do salário e do Welfare como efeito

de uma relação de forças que lhes era favorável. Razão pela qual os estados se endividaram em troca de paz social.

Agora, na crise, a casta patronal e política europeia pede, exige e impõe aos trabalhadores o ressarcimento desse gasto, chamando-o “dívida”. E assim a dominação se reapresenta sob a figura da dívida. Na crise, se repetem as origens do capitalismo. A origem remete à acumulação desenfreada e ao monopólio da distribuição social da riqueza e da moeda. Dessa maneira, nascem a sociedade e o poder da burguesia, que constitucionalizam seus interesses e baseiam a sua própria identidade na exploração de todo esse trabalho social. Assim, pois, o problema não é exatamente a dívida, senão como ela se formou; não a sua quantidade, mas seu aspecto qualitativo, o modo como determina a vida de todos.

Com a mudança das relações de força, a dívida se converteu numa condenação, não para quem a contraiu (i.e., os patrões, com o objetivo de manter a paz social), senão dos trabalhadores, que de boa fé haviam aderido a essa paz que renovava a sua subordinação. Há que se romper essa relação de subordinação. Podemos — assim nos parece — tem a possibilidade de começar a acabar com esse escândalo na Espanha e na Europa. Por quê? Porque a Espanha é a quarta economia da Europa, porque sua consistência demográfica e econômica a coloca a salvo de chantagens e manobras excludentes, porque uma iniciativa democrática que parta de Espanha — com a revisão da dívida pública, a compensação e novo impulso de crescimento na forma de créditos e as ajudas estruturais — não poderá ser tratada com arrogância pela emperquetada diplomacia de Bruxelas, ao contrário, poderá somar-se ao interesse e ao despertar político e constituinte de outras forças democráticas na Europa.

Agora, certo, uma política econômica de renovação somente pode partir da eliminação da injustiça fiscal. Exige, por conseguinte, a imposição de critérios fortemente progressivos em matéria de impostos, um controle lúcido das atividades bancárias, uma taxa sobre as transações financeiras — tudo isso vinculado a uma política de destruição de paraísos fiscais e rentismo financeiro. A nossa é uma firme chamada ao intervencionismo fiscal. Sabemos muito bem até que ponto o intervencionismo poderia resultar contraproducente e restabelecer as piores versões do jacobinismo, quando se juntam ao sacrossanto sentido de justiça outras tantas doses de sectarismo plebeu: mas no que tange à questão fiscal, isso hoje é necessário. Porém, além de seus excessos, se trata neste caso de uma representação do sentimento de igualdade que a democracia produz, bem como de um aspecto fundamental para uma

vontade constituinte renovada. Nesse terreno, é perfeitamente legítimo recorrer àquela vigorosa persuasão moral — a alma do pensamento democrático, segundo Thomas Jefferson — exercida com frequência e eficácia pelos movimentos multitudinários. A reconsideração, a partir dessa experiência de justiça, desse sentido de igualdade, de uma nova experiência constituinte para a União Europeia representa o verdadeiro tema da crítica da economia política de nosso século. Quem paga os impostos, quanto e para que fins? Trata-se de uma questão cuja reinserção é tachada de “vulgar” pela casta, mas que se mostrou fundamental em todas as experiências constituintes da modernidade. E se hoje estamos mais além, se estamos já na pós-modernidade, isto significa que não basta fazer um discurso sobre a distribuição social dos lucros. Hoje é necessário, mais do que isso, desenvolver um discurso econômico que, partindo da reprodução da vida e da riqueza, proporcione acesso aos temas da produção social. A batalha democrática tem de ser travada e ganha no terreno da produção.

Assim, pois, keynesianismo, pós-keynesianismo? Uma vez que tenhamos reconhecido a natureza reacionária do ordoliberalismo e, conseqüentemente, da constituição mesma do Banco Central Europeu sob a batuta do Bundesbank — que marco econômico e financeiro poderia ser estimulado? e quem deveria ser o ator fundamental desse renascimento ao mesmo tempo econômico e democrático? O problema é difícil, já que é novo. Velha é, ao contrário, a sagrada história da laboriosidade e austeridade do experimento da República Federativa Alemã (RFA, antiga Alemanha Ocidental). Velho é o credo ordoliberal da “economia social de mercado”, que tem Ludwig Erhard como profeta e a reforma monetária de 1948 como primeiro de seus milagres. Uma vez terminada a sua função anticomunista, promovida e organizada pelos ocupantes anglo-americanos, o evangelho ordoliberal se converteu hoje, paradoxalmente, num instrumento de destruição das defesas erigidas contra um neobismarckianismo alemão — que, outra vez, está se elevando como ameaça contra a paz e a democracia no continente.

Quando dizemos que estamos na pós-modernidade, nos colocamos, para começar, o tema do sujeito econômico como central, capaz de interpretar e guiar a reforma no modo que a produção social exige. Agora sim, ao fazer isso na Espanha de hoje, não podemos deixar de remeter-nos ao povo do 15-M. Precariado, força de trabalho cognitiva, trabalhadores de indústria e serviços, professores e estudantes, trabalhadores do cuidado e da saúde, desempregados que trabalham esporadicamente,

imigrantes, mulheres e homens: se trata de um povo explorado pelo capital global, uma multidão social de quem se extrai difusamente o mais-valor.

O capital financeiro extrai valor da sociedade em sua totalidade, em todos os tempos e espaços. Diante disso, o sujeito que atua nessas condições chega ao conhecimento da violência e das dimensões da dominação capitalista, assim como da forma que ela se exerce, para desprender-se da austeridade e eventualmente da miséria, para subtrair-se aos mecanismos de exploração. O que combatemos (e aqui não se trata de desdobrar questões ideológicas) não é apenas o egoísmo e a avidez de dinheiro e poder, nem tampouco o individualismo moral que trazem consigo: é mais do que isso, se não levamos o discurso de radicalidade democrática ao plano da produção econômica e da vida de todos os dias, nos arriscamos a deixar a nossa ação completamente insuficiente. Então, a nossa tarefa consiste em mover-se para construir, no comum, formas de redistribuição de riqueza e desenvolver um trabalho de libertação da produção social.

O Welfare ou políticas de bem estar são apenas o primeiro terreno da batalha. A renda básica garantida e digna para viver a nossa própria vida é um elemento fundamental para um novo welfare, de modo a exercermos a nossa própria cidadania como iguais e livres, a salvo de chantagens e privilégios, das empresas e da corrupção das máfias de toda espécie. A renda básica deve ser desenvolvida, portanto, como um dos elementos principais do programa econômico. A partir de uma renda básica garantida e digna para todos, podem se desenvolver políticas de gestão e empresariado cooperativo, para abrir-se a novos “serviços humanos para o ser humano”: hospitais, escolas, moradias, transformação ecológica da produção, dos transportes e das cidades, produções baseadas no software e hardware livres (o que os companheiros equatorianos e espanhóis chamaram de FLOK Society). Algo fundamentalmente distinto do neoextrativismo em sua versão espanhola, que consiste em devastação ecológica e social de territórios submetidos a economias de exploração e precariedade desenfreadas. Sim, mas também — apenas para sublinhar momentos com uma importância excepcional — medidas imediatas que tirem os pobres da miséria e uma grande política que propicie às mulheres sentirem-se finalmente cidadãs inter pares, que contribua para que as mulheres se emancipem não apenas do patriarcado e da família, mas ao mesmo tempo lhes dê respaldo para as peripécias de sua libertação; que conceda aos cidadãos migrantes a plena cidadania do trabalho que lhes corresponde in primis, porque a ninguém escapa que os imigrantes têm sido, nos últimos vinte anos, a base humana do

crescimento do setor imobiliário e dos serviços às pessoas e, sobretudo, à manutenção do sistema público da previdência.

Trata-se, com isto, de formas de ações produtivas que se inscrevam na construção do comum. Precisamos de “câmeras metropolitanas do trabalho” que preparem instrumentos de luta e figuras para a organização do viver comum. E isto não se aplica apenas ao salário social (renda básica), mas também ao salário dos trabalhadores: a iniciativa sindical tem de medir-se com o campo social, se faz necessário adotar e ampliar as formas de luta já experimentadas nas mareas e, sobretudo, na Plataforma dos atingidos pelas hipotecas (PAH). Trata-se de um grande objetivo: a unificação, num projeto forte e participativo, da iniciativa mutualista e cooperativa com a sindical — voltada para a construção do comum. Sobre isso, não se pode esquecer que a PAH é algo mais que um modelo de referência, é uma máquina de guerra que está devolvendo vida e esperança a milhares de pessoas.

Podemos e seus economistas falam de uma ação inspirada no keynesianismo para voltar a colocar em marcha a máquina produtiva do país. Não falta utilidade à reivindicação keynesiana, para atacar diretamente as medidas ordoliberais de controle social e econômico. Mas reinventar hoje o keynesianismo político não é uma tarefa fácil depois da sua derrota política, depois de Thatcher, Blair e Schröder. Apesar disso, pode começar a se tornar um terreno favorável para a recuperação de iniciativas empresariais e a introdução de políticas redistributivas eficazes, ao se propor um novo âmbito de programas sociais e decisão política, que incidam diretamente na relação entre capital financeiro e sujeito produtivo social. O povo do 15-M de que temos falado pode assumir aqui um papel antagonista. Mas surge a objeção: se trata de uma multidão não organizada, essa é uma acumulação de forças muito distintas. E é verdade, mas ainda pode tornar-se algo muito diferente. Assumindo a divisória, se faz necessário um discurso e uma prática para uma (nova) luta de classe. Na esteira do 15-M, pode dar-se a passagem da defesa e conservação do Welfare à construção europeia de um poderoso Commonfare.

Quando chegou ao governo em 1933 e quis construir um New Deal que reconquistou a classe operária para o desenvolvimento industrial, Roosevelt se propôs acima de tudo a construir um sindicato novo, um sindicato do operário-massa (homem e predominantemente branco). E assim foi feito, com o que funcionou a sua reforma política: quer dizer, isso impulsionou a sindicalização das novas figuras operárias, taylorizadas na grande empresa fordista — e assim nasceu o Congress of Industrial

Organizations, antagonista aos capitalistas no interior do terreno do trabalho; à sua hegemonia foram subordinados os velhos sindicatos do operário profissional: que não passavam de empresas frequentemente corruptas e incapazes de construir uma universalidade para toda a classe operária.

Hoje se trata, nas novas condições, de atuar da mesma maneira: construir uma coalizão dos trabalhadores nas redes sociais e digitais que corresponda à nova composição de classe dos trabalhadores; unificar o mutualismo, instituições cooperativas e, sobretudo, construir uma forte sindicalização do social. A renda básica contra a exclusão é fundamental, mas não é suficiente para determinar o êxito do projeto. A revisão da dívida pública, o imposto sobre as grandes fortunas e transações financeiras são elementos igualmente essenciais. O decisivo é construir um sujeito que una interesse civil e econômico, integrando as diferenças da multidão; que possa a partir disso construir de tal maneira uma ação política coerente e contínua, uma agitação que desabroche desde baixo a reforma constituinte.

Na busca dessas novas figuras da democracia econômica — e plasmando-as eventualmente através do governo do país — poderá colocar-se em marcha o empresariado social da multidão. Devemos arrebatá-las das castas políticas e financeiras o injustificado monopólio ideológico e institucional sobre a capacidade de criar empresas. Quando se atua com sensatez, a crítica econômica e os programas de reforma nascem diretamente da relação entre governo e multidões. Estas não preexistem à ação política desde baixo. Mas quando as iniciativas populares se fazem governo, até a teoria econômica pode ter uma renovação. Precisamos de uma nova ciência do governo econômico para a sociedade pós-moderna. Muitos esperam de Podemos a introdução deste saber, que não apenas consiste na excelência da tática de governo, como também na estratégia das multidões e na proposta de uma democracia.

### **Por uma iniciativa constituinte na Europa. (20/4/2015)**

No último pós-guerra europeu, o sistema democrático constitucional se organizou em todos os países (depois de 1978, também na Espanha, com o complemento das forças nacionalistas e/ou independentistas) ao redor de um modelo de alternância de exercício do governo entre a esquerda e a direita, no marco de um sistema capitalista em evolução e suscetível de reformas — porém não submetido à discussão fundamental: os termos da conferência de Ialta. Este modelo está em crise. De fato, em



muitos países europeus já surgiram terceiras vias, que se apresentaram no campo das eleições, e que desbarataram o esquema dual. Sobre isso, seria preciso perguntar se a nova estrutura constitucional da União Europeia não começou a construir-se, precisamente, a partir da previsão de uma crise no modelo constitucional pós-guerra — e, de todo modo, a partir da percepção de uma incontinência já presente no modelo democrático clássico. Aquela estrutura havia se apresentado como garantia para a manutenção de um modelo capitalista de desenvolvimento, frente à decadência de suas formas nacionais estatais. De outro lado, tanto a esquerda quanto a direita já tinham deslizado em direção ao “centro”, construindo formas artificiais de representação e governo, destinadas a um equilíbrio que deveria garantir a estabilidade para o futuro, eliminando assim qualquer dialética entre reforma e transformação.

Em consequência, hoje a situação está mudando rápido. A crise grega começa a colocar a nu que aquela homogeneidade do poder de mando (composta de “direita” e “esquerda”) exerce uma função sempre num sentido conservador e, não poucas vezes, manifestamente reacionária. Por um lado, a direita considera a Europa um butim próprio. O modo em que atuaram e continuam atuando as direitas até agora majoritárias na Europa mostra que a querem como seu produto exclusivo — uma verdadeira reificação. Por outro lado, se observarmos os governos socialistas, enrolados no bloco centrista que lhes permite administrar interesses parciais, se vê que eles renunciaram a qualquer esperança de renovação. Sirvam de amostra para o fenômeno o penoso haraquiri do ex-premiê Zapatero, do PSOE, em maio de 2010 e a autodestruição do partido socialista grego, o PASOK.

A União Europeia, tal e qual se formou e como se apresenta hoje, governada por um “centro” político, — capaz de levar a cabo ações extremistas e devastadoras em defesa dos equilíbrios capitalistas — está submetida à chantagem e talvez destinada a despedaçar-se. Quanto mais as multidões europeias compreendem que, num mundo globalizado, somente uma organização continental pode permitir a satisfação das necessidades vitais das populações, menos as classes políticas europeias estão dispostas a aceder a uma União política — a menos que seja criada para satisfazer direta e exclusivamente os seus próprios interesses.

Precisamos nos afastar dessa descida e voltar a colocar em jogo a democracia para a construção do projeto europeu. Isso é necessário para que a Grécia sobreviva, para que as forças democráticas espanholas se afirmem e possam ganhar, e para que todos os europeus se reconheçam na Europa e saiam de uma crise e uma austeridade que

não só já tornam difícil a subsistência, como também nos impedem de ser livres. Eles podem jogar em ambos os terrenos: no da Europa existente e no de velhos nacionalismos agressivos. Nós, em contrapartida, não.

Resulta particularmente doloroso o fato que, para falar a favor da Europa, para trabalhar na fundação de um poder constituinte que imponha seu caráter social e sua caracterização democrática com uma perspectiva federalista, hoje seja preciso avançar a polêmica contra boa parte das esquerdas na Europa. Está claro que elas venderam o seu direito de primogenitura. Já em 2005, momento do referendo sobre a Constituição europeia, a cegueira das esquerdas europeias se colocou claramente. O fato é que os socialistas europeus não veem outra possibilidade de fazer política e gerir o poder que não seja no âmbito do estado nação. Essa cegueira sectária nacionalista renasceu (depois de um longo eclipse) e chegou ao auge com a atual crise europeia. Em vez de aliar-se aos movimentos de luta para mudar a realidade da União Europeia, as esquerdas europeias têm se declarado, com frequência, não somente a favor das políticas de austeridade, mas também contra a própria Europa (como, por exemplo, está acontecendo agora na França). As esquerdas estão movidas por um egoísmo corporativo, que está despojando a palavra “esquerda” do pouco esplendor que ainda sobrava. Tanto é assim que esse egoísmo se confunde facilmente com o ódio das forças fascistas contra a União Europeia. Dizem as esquerdas oficiais que a Europa não pode funcionar porque, desde o começo, a um governo político no nascente processo, preferiram-se as burocracias jurídicas: e isso está certo. Dizem também que, numa segunda fase, tentaram-se compassar politicamente economias que tinham um ritmo distinto e às vezes contraditório; porém, sem introduzir, naquele momento, motivos eficazes de unidade programática nos planos fiscal e cultural: e isso está certo. Logo, debaixo dos fogos da crise, não poderiam deixar de fracassar todos os mecanismos de compensação, o que está conduzindo a União e o Euro — precisamente na ausência de qualquer contraforça política — à beira da dissolução, em desdém ante a grande maioria das populações do sul da Europa: e isso está certo.

Mas por que os partidos de esquerda querem nos dar lições quando foi precisamente a visão exclusivamente estatal deles, isto é, o corporativismo dos sindicatos e a traição a qualquer esperança internacionalista, o que nos levou a esta situação em primeiro lugar? A ninguém escapa o fato que a unidade política da Europa constitui o elemento fundamental de seu êxito econômico e civil, dentro de um marco global. Trata-se de uma política cuja promoção corresponderia à esquerda — mas esta

confundiu e se corrompeu na aliança com a direita, não somente no âmbito das instâncias de governo nacionais, como sobretudo nas europeias.

Agora não temos mais tempo a perder. Renovar a integração quer dizer, hoje, abrir uma campanha constituinte, isto significa eliminar o consenso apassivante que, até agora, tem permitido o triunfo das atuais estruturas europeias e a continuação do desastre provocado por suas políticas. Quer dizer desenvolver uma opinião pública que comece a desdobrar uma nova perspectiva constitucional. Por trás da vitória da Syriza e abrigando as esperanças da vitória do Podemos, depois do que em muitas partes da Europa comecem a nascer forças políticas eurorradicais, não custa entender que constituir Europa significa sair de cima dos parâmetros conservadores que, até agora, determinaram as suas estruturas e políticas. Resulta estranho manifestá-lo agora, mas o certo é que, desde a vitória da Syriza, as dimensões interna e externa da União começaram a superpor-se e caminharem de mãos dadas, como estímulo a um regime de maior liberdade e igualdade, como esforço de fazer o “comum”, mais além da dicotomia entre o privado e o público, como um valor reconhecido em cada país da Europa e, ao mesmo tempo, uma pressão que os atravessa a favor de uma integração federal sancionada democraticamente. Trata-se de um processo que está somente em seu princípio, mas que é tendencialmente majoritário. Em qualquer caso, é preciso reconhecer que se insinua um novo espírito constituinte: não seria precisamente a percepção deste fenômeno o que — enquanto uma resposta — tem produzido tanto histerismo e tanta vulgaridade nas mídias dos mandachuvas, nas declarações dos partidos e das burocracias europeias? Há uma nova compreensão de que a dimensão de libertação dentro de cada um dos países precisa conjugar-se com a potência da federação em toda a Europa — não é exatamente isto o que amedronta as oligarquias nacionais estreitas e ignorantes?

Num artigo formoso, publicado faz pouco no diário italiano *Il manifesto*, se recordava o juramento dos revolucionários do Terceiro Estado, pronunciado quando se tornou evidente que os demais estamentos do Ancien régime não poderiam apoiar uma reforma constitucional baseada na liberdade, igualdade e solidariedade. Hoje, as forças democráticas na Europa precisam dar um passo análogo, quer dizer, fazer um juramento constituinte, que permita identificar formas novas de união federal e novas estruturas de unidade econômica no plano europeu, e que recolham em sua base a nova radicalidade democrática expressa de 2011 em diante.

Há elementos de política exterior, jurídicos, econômicos, que fundamentam essa necessidade constituinte — ao que deve corresponder uma decisão política encarnada nos movimentos. Os elementos da política exterior surgem de uma reflexão atenta sobre a colocação da Europa no âmbito global. Hoje, a Europa participa de um bloco de forças agrupadas na OTAN que orienta, de maneira irresponsável, as políticas externas dos países da União. Os interesses das populações europeias estão totalmente subordinados ao poder atlântico. Nesse terreno, assistimos todos os dias a paradoxos injustificados e enredos injustificáveis, entre os quais aparece recentemente o financiamento europeu da guerra ucraniana, ao mesmo tempo que se impede o refinanciamento da dívida grega. Mas a confusão e a passividade dos povos e a opacidade das decisões, dos compromissos e das vilanias em matéria de política exterior, de cada um dos países e da União, são simplesmente indescritíveis: é preciso dizer basta! A irresponsabilidade da relação estratégica e militar, numa época de instabilidade global, representa uma condição perigosíssima que toda iniciativa constituinte terá que levar em conta como prioridade (e aqui se trata, também, de acabar com a violência e o assassinato de pessoas nas fronteiras externas da União).

A Europa, libertando-se do condicionamento atlântico, deve chegar a ser capaz de desenvolver políticas autônomas, tanto para promover intercâmbios e colocar à disposição do mundo a inteligência coletiva — o general intellect de que falava Marx — construído desde já; quanto para apoiar os povos que seguem oprimidos, quanto para construir uma paz e um desenvolvimento duradouros. Com efeito, não nos esqueçamos que o que está em jogo hoje é a paz.

Em relação às condições jurídicas, o certo é que o impulso em direção a uma estrutura federal de governo das multidões da Europa não pode deixar de representar o objetivo central desta fase constituinte. Somos partidários de um poder constituinte que construa uma federação na Europa. Somos partidários de lançar as bases e fixar o objetivo de um ordenamento federal que recolha, mobilize e consolide os interesses civis, econômicos e morais dos cidadãos de cada um dos estados, numa comunidade de europeus que reconheça, adicionalmente, a cidadania europeia desses cidadãos de segunda e terceira categorias, que é como são tratados os migrantes comunitários e não-comunitários. Sabemos que “federar-se” é difícil porque, na fase atual, exigiria a destruição das oligarquias do governo europeu e, portanto, dos partidos de cada um dos países da União. Mas a federação pode constituir-se apesar desses obstáculos, se recordarmos que não se trata unicamente de uma unidade entre estados, de distintas

configurações econômico-políticas, senão um processo em cujo interior se revelam uma nova história da Europa (mais além das guerras do passado) e as virtudes de que ela pode ser capaz (uma riqueza de força de trabalho cognitiva e de trabalho de cuidado, produtora de inovação econômica e civil).

No entanto, sobretudo, temos de insistir ainda mais no fato que, a partir do grau que alcançaram as lutas políticas e sociais, as novas lutas de classe, da organização social do trabalho e da extração capitalista de riqueza, a unidade europeia e o federalismo não podem constituir uma máquina juridicamente intocável, que venha a reproduzir as atuais diferenças de classe. Não pode ser o jogo em que tudo muda para que nada mude, como ocorreu nas transições europeias do fascismo à democracia do pós-guerra, e também nos anos 1980 no caso da transição espanhola. Queremos uma constituição que exija, desde cima, uma governança das liberdades; desde baixo, desde as multidões, um exercício de gestão igualitária na produção e na redistribuição de riqueza. Nos últimos anos, temos assistido à formação na América Latina de novas constituições democráticas que combinaram o pluralismo dos sujeitos com dispositivos de reforças econômica muito eficazes, e que construíram novas solidariedades sociais, iluminadas por um irresistível sentido da igualdade. Não se trata de imitar essas experiências ou de discutir o seu êxito.

Trata-se de suscitar e promover uma dinâmica democrática capaz de ganhar o terreno de uma constituição federal baseada no comum. Trata-se de difundir e colocar em prática uma capacidade de construir empresas políticas da sociedade, que combine liberdade e riqueza. Trata-se de eliminar definitivamente todo sentimento de identidade ameaçada, que não produz nada além de nacionalismos ou democracias suicidas em sua reprodução de tipo oligárquico. Trata-se de construir uma Europa justa e unida. Desgraçadamente, não há alternativa. As irrupções democráticas das multidões na Grécia, Espanha e, a seguir, o êxito da Syriza e a esperança do Podemos não são, desde este ponto de vista, nada mais do que um começo, uma ocasião a que é preciso aferrar-se com coragem e inteligência.

**Rául Sánchez Cedillo**, é pesquisador da fundação ProCommunes, tradutor e escritor, participa da Universidad Nómada (Madrid).

**Toni Negri**, filósofo, é autor de muitos livros e artigos sobre as lutas nas últimas cinco décadas, e participa da rede EuroNómade (Itália).